

Carta Política 6ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional

Estado de São Paulo

Diante da realidade da fome acentuada no Brasil, tendo como agravante o cenário pós pandêmico, ameaças e desmontes de políticas públicas, o negacionismo do estado de fome e desigualdade social expressada nos últimos seis anos, que contribuiu para a volta do Brasil ao mapa da fome, onde atualmente mais de 33 milhões de pessoas não tem o que comer. Os 317, delegados e delegadas da sociedade civil e agentes públicos eleitos democraticamente em etapas municipais, regionais, territoriais e livres, juntos com os 40 convidados e observadores presentes na VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Barretos dos dias de 26 a 28 de setembro de 2023, defendemos a Soberania Alimentar e a efetivação do acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada e saudável para todas, todos e todes.

Honrando nossa história de combate à fome e à memória de Josué de Castro, e de tantos outros que já se levantaram e plantaram suas sementes, como Chico Mendes, Betinho, Irmã Dulce, Anna Maria Primavesi, Irmã Dorothy, Zilda Arns, Dom Paulo Evaristo Arns, Margarida Alves, Bruno Pereira e Dom Phillips, sempre presentes, assim como Dom Mauro Morelli e o Padre Júlio Lancellotti, na atualidade, referências nas lutas pelo direito humano a alimentação adequada, pela dignidade humana, direito à terra, moradia e soberania dos povos originários.

Após 7 anos sem conferências, com o enfraquecimento das políticas públicas, a aniquilação de programas, e a destituição do CONSEA nacional em 2019, a conferência chamada em 2023 com o lema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade” traz a perspectiva de retomada de políticas públicas voltadas a SSAN e suas dimensões socioculturais, no fortalecimento da produção, acesso a alimentação adequada e de qualidade.

Sob uma nova realidade que se impôs impossibilitando-nos o convívio social com a pandemia em 2020, questões alimentares se agravaram, e considerando as emergências sócio alimentares, mantivemos a resistência e ousamos lutar, por nós e por quem a voz foi consumida pela fome, ainda que, os mecanismos de participação e controle social que foram sendo extintos ou esvaziados, contribuíssem com o aumento de situações de intolerância e violência institucional.

No Brasil e no Estado de São Paulo, inúmeras ameaças ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, como o aumento da pobreza e concentração de renda, fome, o retrocesso na autorização e ampliação do número de agrotóxicos liberados para uso, violação dos direitos das comunidades tradicionais, povos originários e favorecimento das grandes corporações, colocaram em risco nosso acesso aos recursos naturais, as reintegrações de posse aumentando o número de pessoas em situação de rua e impactando nas áreas de produção de alimentos no contexto urbano e periurbano.

A pandemia agravou algumas dificuldades já existentes, para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, dificuldades maiores de acesso a trabalho e renda e ao acesso ao alimento saudável. A insegurança alimentar, desnutrição e/ou a alimentação inadequada, ao lado de condições de moradia ou a falta dela, a infraestrutura urbana inadequada e dificuldades de acesso a serviços públicos, aumentam os riscos, diante de doenças crônicas não transmissíveis e transmissíveis.

Pequenos e médios agricultores, já impactados pela redução do acesso a suporte técnico, crédito e políticas públicas de compra de seus produtos, aumento nos custos de produção, também sofreram durante o período de pandemia, sentindo até hoje os prejuízos. Encontrando maior dificuldade para o escoamento de sua produção, principalmente aliada a falta de preços justos em todas as políticas públicas que garantam a aquisição desses produtos provenientes da agricultura familiar tendo como consequência a ameaça para sua subsistência. Ainda, na carência de recursos materiais, os alimentos orgânicos que chegam aos mercados, não parecem acessíveis para as

camadas populares que, quando podem comprar, optam por alimentos industrializados e menos saudáveis e mais calóricos.

A estes desafios históricos apresentados, destaca-se a atual conjuntura econômica sobre juros e ações que desconstrói direitos dos trabalhadores, com a mão de obra exploratória dos chamados "empreendedores" da nova era, a restrição na execução efetiva de programas e políticas no Estado tem impactos negativos nesse contexto e requerem vigilância na atuação dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e de toda a sociedade civil.

Não há caminho único para enfrentar tais desafios, sendo preciso assegurar direitos, avançar com políticas redistributivas e nos instrumentos de participação social.

Conferência é tempo de conferir! É tempo de olhar pelo caminho caminhado, perceber onde houve avanços e apontar novos desafios, mas também de reconhecer onde ainda não se caminhou e renovar as propostas para o futuro, tendo como linha diretiva a efetivação plena da garantia de um direito constitucional.

A realização desta conferência com a presença e promoção da DIVERSIDADE, contou com pessoas delegadas, convidadas e ouvintes representantes de diversos segmentos como: pessoas com deficiência, doenças raras, agricultores, assentados e acampados, população em situação de rua e em ocupações, população negra, povos indígenas, quilombolas, imigrantes/migrantes, povos de matriz africana e diferentes expressões de fé, LGBTQIAPN+, demonstrando o interesse e comprometimento massivo de camadas da sociedade civil por ocupar espaços coletivos e democráticos de promoção de direitos, com destaque a presença massiva de mulheres nos diferentes espaços deste coletivo.

Destacamos ainda, a necessidade da ampliação da participação dos diferentes atores e camadas da sociedade, com ênfase aos grupos histórico, social e culturalmente excluídos, silenciados e vulnerabilizados, por meio de ações concretas para a garantia e promoção de sua participação e representação

nesses espaços democráticos de construção política, pelos diferentes entes da federação.

Comprometidos com o bom andamento dos trabalhos, apesar da ausência e comprometimento por parte do governo do estado de São Paulo, com espaço de construção coletiva em defesa do direito humano a alimentação adequada e soberania alimentar, enfatizamos a falta de suporte técnico para andamento dos processos; falta de autonomia dos membros da sociedade civil na comissão organizadora deste evento, dado ao autoritarismo e imposições realizadas pela coordenadoria de segurança alimentar e nutricional, cabendo destacar a existência e necessidade de publicização do parecer dos membros da sociedade civil na comissão organizadora, que trata sobre o processo de organização e etapas anteriores à VI CESAN; cronograma com duração insuficiente para discussões e elaboração de propostas/diretrizes e demais atividades pertinentes; logística e qualidade dos transportes ofertados aos conferencistas; desatenção às diferentes necessidades alimentares dos conferencistas, dentro estes vegetarianos; promoção do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, agricultores familiares, orgânicos e agroecológicos e das políticas públicas de alimentação e nutrição que enfatizam uma alimentação cultural e ambientalmente sustentável e nutritiva.

É urgente a garantia de que os programas de agricultura resilientes sejam considerados nos planos de contingência para reagir ante catástrofes e crises nacionais e globais, criando uma rede nacional de SAN composta por organizações governamentais e não governamentais, instituições de pesquisa, universidades, entre outros atores que terão como objetivo articular e integrar as ações de SAN em todo o país, compartilhando boas práticas, informações, recursos, inovações, treinamentos e técnicas de produção alinhadas a sustentabilidade e preservação da biodiversidade existentes.

Queremos e conclamamos a toda população, a comprometer-se com o pleno e efetivo Direito Humano a Alimentação Adequada, Soberania Alimentar, acesso público e universal a água como bem e demais recursos hídricos, contra qualquer forma de privatização. Reforçamos a necessidade de garantia, promoção e fortalecimento de ações e políticas públicas para o acesso a

alimentos in natura e minimamente processados, provenientes da agricultura familiar, orgânica e agroecológica, alinhadas a orientações nacionais e internacionais voltadas a uma alimentação saudável, cultural, ambientalmente sustentável e de acordo com os 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

Reconhecemos e destacamos a extrema e urgente necessidade da distribuição de terras de forma justa, transparente e democrática, com atenção especial às populações de maior vulnerabilidade social, cultural, ambiental e gerações futuras pelas três esferas do governo.

Tal como, expressamos nossa total e irrestrita discordância a toda e qualquer forma e manifestação de misoginia, xenofobia, silenciamento, desrespeito e/ou preconceitos étnico-racial, cultural, sexual e de gênero, ideológico, político e/ou religiosos, por qualquer de seus representantes conferencistas ou equipe de apoio e membros da sociedade em geral, dado a infelizes casos ocorridos no âmbito deste evento, rechaçamos e nos posicionamos veementemente contrários.

Reivindicamos o fortalecimento da CAISAN Estadual, a criação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para efetiva consolidação do SISAN no estado de São Paulo, bem como adequação do quadro de profissionais e técnicos envolvidos com a temática da SAN, em todas as esferas e equipamentos públicos de SAN, com destaque a adequação e ampliação do quadro de profissionais Nutricionistas, garantindo o cumprimento do Parágrafo Único do Art. 4 da Lei Federal nº 8.234/91 e o pleno e irrestrito cumprimento da Portaria Interministerial nº 25/2023, que trata sobre a integração entre os Sistemas SUS, SUAS e SISAN.

Oportuno momento para saudar e legitimar a posse da atual presidenta do CONSEA/SP, Rosana Emília Gaspar, que corajosamente assume em um momento de turbulências, onde o ex-presidente pede seu desligamento dias antes da realização da CESAN 2023.

Por fim, é imprescindível que ações urgentes e concretas sejam tomadas para a efetiva eliminação das desigualdades sociais e econômicas, estruturalmente

e historicamente instaladas, em prol da garantia do efetivo Direito da Dignidade da Pessoal Humana e todos os seus espectros.

Sáimos da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável ainda mais comprometidos na luta pela manutenção das conquistas já obtidas, para "erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade", contra toda e qualquer ameaça a retrocessos para gerações presentes e futuras.

Barretos - SP, 28 de setembro de 2023.